

Águas turvas no câmbio

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A acumulação de resultados negativos na balança comercial nos últimos meses e a antecipação de que o resultado de outubro será um déficit superior aos US\$ 665 milhões de setembro asseguram que, pelo menos até o início de 1997, as páginas econômicas da grande imprensa estarão permanentemente ocupadas por preocupações relativas à política cambial. Esses desdobramentos são preocupantes e merecem a atenção prioritária do governo, embora seja reconfortante deter US\$ 58 bilhões de reservas.

Entretanto, parte significativa dos comentários sobre os resultados da balança comercial pouco tem que ver com preocupações quanto ao sucesso da estabilização no longo prazo. É pescaria em águas turvas, explicada por interesses específicos de empresários, políticos e líderes sindicais na resistência ao fechamento de guichês de distribuição de favores do Estado. Outros comentários são motivados politicamente: economistas de oposição que erraram espetacularmente nas suas previsões iniciais de fracasso do Plano Real, e depois erraram de novo na esteira da crise mexicana, desejam desesperadamente que seus vaticínios se cumpram, mesmo que com atraso. A esperança parece ser a de que o entorpecimento que os trópicos provocam na memória coletiva contribua para tomar suas previsões menos equivocadas.

A sustentação da política cambial que põe de lado variações bruscas da taxa de câmbio real faz parte de estratégia econômica capaz de consolidar em horizonte de médio prazo a estabilização de preços e o crescimento econômico sustentado. Mas, para isso, é necessário que haja sucesso no estabelecimento de um conjunto de políticas inter-relacionadas claramente identificadas pelo governo. Essas políticas incluem em posição central a reforma do Estado e seus desdobramentos: redução dos gastos com funcionalismo, redução inicial das distorções do sistema previdenciário, privatização e redefinição das relações fiscais e financeiras da União com os Estados. O objetivo é a volta a uma situação em que o governo seja gerador de poupança líquida positiva como parte do esforço de retomo a um desenvolvimento sustentado. A condução da política monetária e, em particular, da política de juros, depende do sucesso no ajuste das contas públicas. A consolidação da redução das tarifas de importação, por seu lado, estimula a eficiência e baliza os preços internos. Somada à privatização, propiciará reduções de custo que aumentam a competitividade das exportações. Quanto mais eficaz for a ação do governo em estimular a poupança interna, menores serão os requisitos de fluxo de capital estrangeiro, maior será a taxa de crescimento sustentado do nível de atividade.

Os resultados no estabelecimento das políticas que compõem a estratégia de estabilização têm sido satisfatórios, embora a ação do governo seja claudicante aqui e ali, em especial quanto à disciplina dos gastos públicos e às relações do governo federal com os Estados e, em menor medida, quanto à abertura comercial.

A crítica do governo, baseada na apreciação cambial ocorrida desde o lançamento do Plano Real, não leva em conta a mudança de regime implícita na estabilização. Seria pouco razoável esperar que, estabilizada a economia, a taxa de câmbio real se mantivesse no mesmo nível em

termos de tendências de longo prazo, pode verificar-se, por exemplo, que a taxa de câmbio real média de 1968/1973, auge do milagre, era equivalente à de 1962, em geral considerada sobrevalorizada, em meio a uma difícil situação de balanço de pagamentos. Será que isso seria suficiente para recomendar a desvalorização real do cruzeiro do ministro Delfim Netto?

O governo tem consciência do comportamento insatisfatório da balança comercial e que a melhor forma de reduzir as dificuldades são por meio do estímulo às exportações. A desoneração do ICMS das exportações foi um passo correto e estimulará o crescimento das exportações. É necessário, entretanto, mobilizar os talentos do governo para que encontrem forma eficaz de estimular as exportações industriais com linhas de financiamento suficientemente atraentes. De qualquer forma, o governo deverá demonstrar energia para resistir aos ataques de saudosistas da proteção comercial. Se a acomodação política for inevitável, é preferível que seja feita em relação ao estímulo às exportações, e não ao bloqueio das importações.

Qual a política macroeconômica alternativa proposta pelos críticos mais estridentes do governo? Eis um assunto misterioso. As críticas são, em geral, limitadas aos efeitos indesejáveis e à alegada vulnerabilidade das políticas governamentais. Apenas implicitamente pode-se entrever alguma sugestão de desvalorização cambial substancial e não distribuída no tempo. Mais frequentes são as alegações de lógica de balanço de pagamentos para justificar a volta ao protecionismo do passado. As alterações implicitamente propostas na política cambial levariam ao retrocesso quanto às conquistas do plano de estabilização. Passaríamos de um quadro de baixa inflação e algum crescimento econômico para uma situação típica dos anos 80: inflação alta e crescimento negativo. Qualquer saudosismo parece irracional.

O governo deve manter-se firme no rumo traçado. Preocupações quanto à eventual fragilidade de médio prazo do balanço de pagamentos devem levar à aceleração das reformas estruturais e ao aprimoramento da ação do governo na utilização do marco institucional existente. O inimigo principal ainda é a inflação.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio